
TROVAS DE BANDARRA: DESCRIÇÃO DE UMA FONTE

BANDARRA'S BALLAD: DESCRIPTION OF A SOURCE

TROVAS DE BANDARRA: DESCRIPCIÓN DE UNA FUENTE

*Leandro Henrique Magalhães**

Resumo: Este artigo tem como objetivo contribuir para a análise das Trovas de Bandarra, uma das principais fontes de estudos do messianismo português dos séculos XVI e XVII, em especial no que se refere ao estudo do sebastianismo. Bandarra foi um sapateiro que viveu na Vila de Trancoso, região da Beira, e redigiu trovas que, especialmente após sua passagem pelos cárceres inquisitoriais, adquiriram caráter profético em todo Império Português. A descrição aqui realizada procura privilegiar o contexto em que a obra foi escrita, assim como as influências que podem ter marcado seu autor, sem desconsiderar as leituras, interpretações e possíveis alterações realizadas pelos editores da obra.

Palavras-chave: Trovas de Bandarra; messianismo português; sebastianismo; restauração portuguesa.

Abstract: This article has an objective to contribute to the analysis of the Bandarra's Ballad, one of the main sources of study of the Portuguese Messianism from XVI and XVII centuries, especially on what is referred to the study of the Sebastianism. Bandarra was a shoemaker that lived in the Trancoso Island, in the Beira region, and wrote ballads which, after his passage through the inquisition jail specially, got a prophetic mark in all Portuguese Empire. The description here realized pursuit to privilege the context in which the work where written, as well as the influences that may have been marked its author, without disrespect the reading, interpretation and possible alterations that were made by the publishers of the work.

Keywords: Bandarra's Ballad; portuguese messianism; sebastianism; portuguese restoration.

Elementos introdutórios

Este texto tem por objetivo descrever uma das mais importantes fontes para o estudo do messianismo português: as Trovas de Bandarra. Escrita por um sapateiro natural da Vila de Trancoso, região da Beira, adquire caráter profético após o desaparecimento de D. Sebastião na Batalha de Alcacer-Quibir, característica que é reafirmada após o fim da União das Coroas Ibéricas e ascensão de D. João IV, Duque de Bragança, ao trono lusitano. Desta forma, as trovas são consideradas como base do sebastianismo, movimento messiânico que teria forte repercussão no Brasil, e seu autor, profeta da Restauração Portuguesa (MAGALHÃES, 2010).

Bandarra foi perseguido, preso e condenado pela inquisição, e é a partir de seus autos que temos as primeiras notícias do sapateiro e sua obra. Segundo indicações dos autos, as Trovas foram compiladas em 1537 ou 1538, por Heitor Lopes, tosedor converso de Trancoso (PROCESSO DE GONÇALO ANNES BANDARRA, 1996). A primeira edição impressa das trovas é de 1602, publicada em Paris por D. João de Castro, opositor da dominação filipina sobre Portugal, comprometido com as questões sucessórias e com o sonho de grandeza do reino, identificando o rei apontado por Bandarra como D. Sebastião. Em 1603 publicou, também em Paris, suas “Paráfrases e concordâncias de algumas profecias de Bandarra, sapateiro de Trancoso”, nas quais reafirmava suas esperanças no rei desaparecido (CASTRO, 1603). Em 1644, foi publicada em Nantes a primeira edição completa das Trovas, pelo fidalgo D. Vasco Luís da Gama, V Conde de Vidigueira e I Marquês de Niza, que identificava o D. João das Trovas com o duque de Bragança e rei de Portugal, D. João IV. Nota-se aqui que, como nos alerta João Lucio de Azevedo (1958), as Trovas eram utilizadas de acordo com a necessidade e com os interesses da época, sendo bastante exploradas pelos opositores da Corte de Madri. No século XIX, foram acrescentados um segundo e um terceiro corpo às Trovas, o segundo extraído de uma cópia do Cardeal Nuno da Cunha, e o terceiro por coplas recolhidas na ocasião da desfeita das paredes da capela mor da igreja de Trancoso, em 1729. Essa versão foi editada em Barcelona, no ano de 1809, e reeditada em 1866 e 1989. Além destas, podemos citar uma edição publicada em Londres, no ano de 1810, em forma de comentário, identificando o rei encoberto com D. João V; uma de 1815, também de Londres, que apresenta um quarto, quinto e sexto corpo de Trovas; outra de Lisboa, de 1823, que visava a fazer de Bandarra um profeta da Revolução do Porto de 1820; e, enfim, uma edição de 1911, com apenas uma parte pertencendo realmente às Trovas (PIRES, 1980).

A edição de 1644, conhecida como Edição de Nantes, foi publicada por António Machado Pires (1980), anexa a sua obra intitulada “D. Sebastião e o Encoberto”. A edição disponibilizada nesta obra é a do Porto, de 1866, que tem como título: Trovas de Bandarra, natural da Villa de Trancoso, apuradas e impressas por ordem de um grande senhor de Portugal, oferecidas aos verdadeiros portugueses devotos do encoberto. Nova edição, à que se juntam mais algumas nunca até ao presente impressas.

O título indica que trovas foram inseridas – ou seja, o segundo e o terceiro corpos –, apesar de ter por base a edição de 1644. Para esta descrição, foi utilizada a reimpressão da edição de Nantes, de 1989, e que tem como título “‘Profecias’ do Bandarra, Sapateiro de Trancoso”¹, sendo possível encontrar, no decorrer do texto, referências às paráfrases de D. João de Castro.

Descrição das Trovas de Bandarra

Para esta descrição, o primeiro elemento a ser destacado é a

aproximação das Trovas com o Antigo Testamento, em especial a três profetas bíblicos: Daniel, Isaías e Jeremias, retomando a tradição apocalíptica messiânica judaica e aliando-a à cristã, ibérica e portuguesa. Esta tradição floresceu entre os anos 200 a. C. e 200 d. C., e interpretava sonhos e visões do combate entre Israel e seus inimigos, no fim dos tempos, e o triunfo do povo de Deus (BESSELMAR, 1987). A partir daí, Bandarra abordada temas como o Quinto Império, a vinda do messias e herdeiro do trono de David, chamado de Emmanuel (Isaías 7:14 e 9:6; Jeremias 23:5, 30:8-9, 30:20-21, 33:15), o retorno das tribos perdidas de Israel (Isaías 11:12, 49:5-6; Jeremias 23:7, 30:15-17) e a conversão universal (Isaías, 42:1-9, 45:22, 55:1-13, 60:3). É em Daniel que encontramos referências mais claras sobre a constituição de um Império Universal, que substituiria os anteriores, partindo do sonho de Nabucodonosor com a estátua de quatro metais e da alegoria dos quatro animais (Daniel 2 e 7), descritas a partir de figuras como o leão, a águia e o dragão, cujo significado seria explicado pelo próprio profeta, por um anjo ou por Deus (BESSELMAR, 1987).

As constantes críticas sociais presentes nas Trovas de Bandarra, em especial na introdução da obra, aproximam-na do primeiro capítulo de Isaías, que, assim como o sapateiro, questiona os eclesiásticos, o tribunal, a nobreza, o governo e as mulheres. Bandarra prevê o aparecimento de um rei que iria estabelecer o direito e a justiça através de um Império Universal Cristão, o Quinto Império, levando à conversão universal e ao aparecimento das tribos de Israel.

O sapateiro identifica-se com os profetas bíblicos, o que justifica o título de sua introdução: Sente Bandarra as Maldades do Mundo e Particularmente as de Portugal. Apesar de dividir as Trovas em sonhos, em uma referência a Daniel, na introdução encontramos aproximações com Isaías, que se coloca na posição de profeta da justiça, e proclama o castigo e a destruição de Israel pelos pagãos. Bandarra realiza críticas contra o que ele chama de “damas pretensiosas” e “magistrados injustos”, além de afirmar que só seria nobre aquele que o merecesse (Isaías, 3:26-26; 4:1; 10; 32:1-8). Assim, como Isaías, Bandarra traçou um quadro da situação social de Portugal e da incapacidade de seus líderes, criticando a banalização e mercantilização dos títulos de nobreza:

XI

Há-de ser bem assentada
A obra dos chapins largos,
A linhagem dos Fidalgos
Por dinheiro é trocada.

XII

Vejo tanta misturada
Sem haver chefe que mande;

Como quereis, que a cura ande,
Se a ferida está danada?

Refere-se ainda à igreja, aos oficiais e às mulheres, chamando a atenção para a necessidade de um líder português, de um rei para estabelecer a ordem, indicando, já na introdução, suas aspirações messiânicas.

Logo após a introdução, a obra é dividida em sonhos: o primeiro, conforme indicado por Jaqueline Hermann, confunde-se com um romance pastoril e de cavalaria, com assunto bucólico, alternando espaços rurais e marítimos (HERMANN, 1996), imagens que também podem ser reportadas aos profetas bíblicos, em especial Isaías (Isaías, 40:11) e Jeremias (Jeremias, 23:1-4), que tratam da necessidade de eleger bons pastores para ajudar Deus a juntar as ovelhas dispersas e protegê-las (Gênesis 48:15; Salmo 22; João 11, 12):

XXII
O Pastor Mor se assanha:
Já junta seus ovelheiros
E esperta sua campanha
Com muita força, e manha
Correrá os pegureiros.

A estrutura é semelhante ao diálogo entre Deus e Jeremias, quando o profeta é alertado sobre a necessidade de cumprir a vontade divina. Assim como no caso de Israel, Portugal é identificado com tudo o que é forte, em oposição ao estrangeiro, considerado inimigo, em uma referência à construção da ideia de pátria e nação, aliada ao orgulho com a expansão ultramarina.

Os personagens são introduzidos pela utilização de alegorias pastoris. Logo na primeira estrofe é feita referência à semente de D. Fernando, que faz grande despejo. Trata-se da linhagem do messias e do início de uma nova dinastia, vinculada à Tribo de Judá, conforme apresentado no Antigo Testamento, em conversa de Jacó com seus filhos, nos momentos que antecedem sua morte. Aqui Judá é identificado com o Leão e com a vinha: "Amarra à videira o jumentinho, à cepa o filho da jumenta. Lava com o vinho as suas vestes, com o sangue das uvas o seu manto, O vinho aumenta o brilho dos seus olhos, seus dentes são brancos como o leite" (Gênesis 49:11-12).

Faz ainda referências ao messias, pois Jacó alerta que o reino de Deus seria governado por Judá até a vinda daquele a quem o reino pertence de direito. Em dois momentos Bandarria demonstra esse vínculo, ao denominar D. Fernando, de quem sairia a semente do encoberto, de vinhateiro e o rei de Leão:

XVII
Vejo, vejo, direi, vejo
Agora que estou sonhando,

Semente d'El-Rei Fernando
Fazer um grande despejo.

XVIII
E seguir com grão desejo,
E deixar a sua vinha,
E dizer esta casa é minha
Agora que cá me vejo.

LXXV
Já o Leão é experto
Mui alerta.
Já acordou, anda caminho.
Tirá cedo do ninho
O porco, e é mui certo.
Fugirá para o deserto,
Do Leão, e seu bramido,
Demonstra que vai ferido
Desse bom Rei Encoberto.

É interessante chamarmos atenção para o fato de que Bandarra não era o único a fazer referências ao diálogo de Jacó e ao fato de que o reino de Deus seria governado pelos descendentes da tribo de Judá, até a vinda do messias. Gil Vicente, no “Auto da História de Deus” (VICENTE, 1965), destaca o fato de Jesus vincular-se a Tribo de Judá, o que lhe garantia o papel de verdadeiro messias:

Isaias – O sacrificio he o Messias,
Quer sera nascido em Bethlem de Judá,
Porque do tribu de Judá sera
Da parte da Virgem; e eis virão dias
Em que parirá.

Assim como Israel, Portugal tinha seus inimigos, denominados por Bandarra: os gregos, latinos e arrianos, identificados com os lobos que degolam o gado². Em relação à figura dos lobos, Antonio da Silva Neves nos lembra da sua importância no período, pois estavam presentes em todo o reino, e representando ameaça, tanto que D. João III ofereceu recompensa para aqueles que os abatessem, ordenando que, em todas as vilas e lugares, a população se juntasse a toda segunda oitava da Páscoa e a cada quinze dias, até junho, para atacá-los. É possível que Bandarra faça referência a esta ordem real que, apesar de ser datada de 1549, não invalida a possibilidade de leis semelhantes terem sido colocadas ao público antes (NEVES, 1990).

e para que pudesse evitar a criação dos lobos, ordenou que em todas as cidades, vilas e lugares dos seus reinos, fossem obrigados todos os moradores deles a se ajuntarem a segunda oitava da Páscoa, e irem-nos montar aquelas partes, onde tivesse informações de que se havia mais quantidade delas, a qual montaria se fizesse cada ano naquele dia, e dele por diante todos os domingos de quinze em quinze dias até ao mês de junho (NEVES, 1990, p. 76).

Diante da situação descrita, o pastor reage e, para defender o rebanho, junta seus ovelheiros, que retornam à montanha e vencem o lobo. O pastor de quem Bandarria trata até o momento não é o grande pastor que, segundo ele, se erguerá primeiro ao lado de Fernando, Pedro e João. No decorrer das Trovas, são apresentados outros personagens: Rodão, Garcia, André e um estrangeiro, que dialogam, demonstrando preocupação com as vacas perdidas, por elas não conhecerem o caminho de volta. O pastor exige que se ajunte o gado e que ele seja novamente contado, quando detectam a falta de dois animais, um touro e um fuso, além de declararem que “Do ovelhum, nada sabemos”. O Pastor Mor demonstra pesar pela perda, chamando atenção para a necessidade de criar os filhos perdidos:

XXXIII
Seus filhos devemos criar,
Os quais mui bem guardaremos,
Ficarão em seu lugar,
Tudo lhe havemos de dar
Pelo bem, que lhe queremos.

Pode haver aqui referência à conversão forçada dos judeus por D. Manuel, quando o monarca ordenou que se tirassem as crianças dos pais que não a aceitassem, para serem educadas por católicos: os não-conversos podem ser identificados com as vacas perdidas. A partir daí, o pastor realiza uma festa pela memória dos vacuns desaparecidos e seus herdeiros, prometendo partir seus ganhos e definindo os pares da festa, cujo fim acontece com o anúncio da morte do pastor que, segundo Garcia, havia sido assassinado por inveja e cobiça. A posteriori, este fato terá duas interpretações: a dos sebastianistas, que criam na ressurreição do pastor, e a dos restauradores, que viam na morte do pastor o indício de que um outro iria tomar seu lugar. Mesmo entre os primeiros, havia aqueles que não esperavam a volta corporal do rei, mas sim uma pessoa de seu sangue, possibilitando a reencarnação de D. Sebastião em sua descendência. Um exemplo desta crença seria Bocarro Rosalco que, segundo Antonio José Saraiva: “Em 1619, Bocarro Rosalco, no seu 'Tratado dos Cometas', previa o ressurgimento de Portugal para 1659; no entanto, o

encoberto não seria o próprio D. Sebastião, mas uma espécie de reencarnação, uma pessoa de seu sangue” (SARAIVA, 1992, p. 81).

Com a morte do grão-pastor³, os inimigos voltam a ameaçar as terras dos seus aliados, que têm dificuldades de vencê-los. Neste momento, o Pastor-Mor questiona o estrangeiro, acusando-o de traidor e de aliado do inimigo. O estrangeiro pode ser uma referência aos muçulmanos que viviam em Portugal e que não aceitaram a conversão, como os judeus. Após a saída do estrangeiro, o Pastor-Mor é alertado sobre a possibilidade de uma revolta que, seguindo esta linha de raciocínio, pode ser identificada com os encontros entre portugueses e turcos no Oriente, que geraram diversos conflitos armados. Porém, para os restauradores, era indicação da revolta contra Filipe IV, que se aliou com os inimigos de Portugal, podendo, assim, ser considerado como tirano, não merecendo a companhia dos nobres portugueses, ou pastores.

O pastor é alertado ainda sobre o perigo de o inimigo, agora denominado de Grão-Porco, tomar os portos, havendo a necessidade de pôr fim à diplomacia e iniciar a batalha:

LXVI

Não te queiras mais deter,
Busca jogos, e harmonias,
Por onde tomes alegrias
Antes que hajam de volver.
Oh! Senhor, tomei prazer
Que o grão Porco selvagem
Se vem já de seu querer,
Meter em vosso poder
Com seus portos, se passagem.

Nesta época, o porco era identificado com impureza, doença e contágio, com uma imagem suja, por ser um animal que vive em meio aos seus dejetos. Além de não ser consumido pelos judeus, era, muitas vezes, identificado com os muçulmanos, o que indica novamente referências de Bandarra ao processo ultramarino e aos conflitos no oriente. Apesar do alerta, o sapateiro não chegava a acreditar que os inimigos venceriam nas possessões ultramarinas, permanecendo a supremacia do Pastor. A referência aos muçulmanos torna-se cada vez mais clara, tendo em vista que, na época das primeiras expedições para as Índias, o grande inimigo dos portugueses eram os turcos e egípcios que ali realizavam atividades comerciais. Vasco da Gama sofre hostilidade de mercadores muçulmanos, sendo necessário estabelecer-se na região à força, impedindo o comércio com o Mar Vermelho e realizando alianças com Cochim e Cananor (DAMIÃO, 1949). Ou seja, com a chegada dos portugueses, houve uma ameaça ao domínio árabe no Mar Vermelho e seu avanço no Oriente, com retaliações principalmente por parte de

Constantinopla e Cairo (AMEAL, 1949), o que justifica a importância da fundação do Estado da Índia, com capital em Goa, objetivando o estabelecimento efetivo dos portugueses na região (SERRÃO, 1978).

Deste ponto ao final do sonho primeiro, encerra-se o diálogo entre os personagens e entra em cena o narrador. Essa ruptura é marcada pelo seguinte subtítulo: Prognostica o autor os males de Portugal, conta suas glórias com a aclamação do Rei encoberto. Há, logo no início da narrativa, uma exaltação do reino e de seu poder ultramarino, além da afirmação de que o monarca português era rei de povos distantes, em uma alusão às conquistas no ultramar e à constituição de um Império Universal Cristão que estava por se formar. Existe aqui uma leitura do profeta Isaías, que afirmara que as riquezas do mar e os tesouros das nações viriam para o povo de Deus, em uma referência ao Mediterrâneo e às Caravanas do Oriente (Isaías, 60:5). É neste momento que Bandarra nos apresenta as características do rei esperado:

LXXII
Este Rei tão excelente,
De quem tomei minha teima,
Não é de casta Goleima,
Mas de Reis primo, e parente.
Vem de mui alta semente
De todos quatro costados,
Todos Reis de primos grados
De Levante até ao Poente.

Tais elementos levaram à identificação de D. Sebastião como o monarca das Trovas e, em um segundo momento, serviu como argumento para a legitimidade da Restauração Portuguesa e da ascensão da Dinastia de Bragança ao trono lusitano (MAGALHÃES, 2006). Bandarra fala ainda de quatro reis que concorreriam com o pretendente e que, após as disputas, o aceitariam como imperador.

LXXIII
Serão os Reis concorrentes,
Quatro serão, e não mais;
Todos quatro principais
Do Levante ao Poente.
Os outros Reis mui contentes
De o verem Imperador,
E havido por Senhor
Não por dádivas, nem presentes.

Como demonstrado acima, podemos identificar aqui uma similaridade com a Restauração Portuguesa, tendo em vista que eram quatro os adversários

de D. João IV à coroa, o que nos leva a considerar a possibilidade de alteração das Trovas. Vale a pena apontar uma diferença entre a edição de Nantes e a de D. João de Castro: naquela, afirma-se que, apesar dos quatro concorrentes, os demais monarcas iriam apoiar o encoberto e sua ascensão a Imperador. Já este afirma que os quatro reis iriam aceitá-lo como imperador, outro elemento que nos leva a crer na alteração desta estrofe:

Os reys serem concorrentes,
Quatro serem namaes,
Todos quatro principaes,
Do levante aos poentes.

Os quatro reys muy contentes
De o terem por emperador
E avido por senhor:
Nam por dadivas nem presentes.⁴

Em seguida, Bandarra volta a identificar o rei encoberto como um descendente de David, ao reafirmar a alegoria com o leão que acorda e vence o porco. Como vimos, Jacó, ao se dirigir a Judá, identifica-o com o Leão (Gênesis 49:8-12), um símbolo da tribo judaica e dos reis davídicos. Na tradição messiânica judaica, o messias deveria ser um descendente de David (Jeremias, 33:26; Isaías 9:6), o que nos faz pensar que o sapateiro identifica Portugal como descendente da tribo de Judá. Segundo ele, o Leão sujeitará todos os povos, em uma nova referência à formação de um Império Universal Cristão e à conversão universal, dando destaque aos africanos e, novamente, referindo-se à disputa de Portugal com os muçulmanos pelo comércio indiano, tendo em vista que muitos destes mercadores vinham do Egito. Por fim, o rei vencerá na terra da promessa e entrará no reino com dois pendões, que o Padre Antônio Vieira identifica como sendo de Roma e Constantinopla.⁵

Logo em seguida, são introduzidos na narrativa dois judeus, denominados de Fraim e Dão, referência às duas das tribos perdidas de Israel, que teriam vindo anunciar o rei esperado, destacando a vitória de Portugal sobre os povos, inclusive os muçulmanos. Os judeus são identificados como aliados dos portugueses, com os dois povos figurando como escolhidos por Deus. Bandarra parte, aqui, das profecias de Jeremias, que afirma que as calamidades contra Jerusalém e Judá seriam anunciadas com uma voz vinda de Dã, desde os montes de Efraim (Jeremias, 4:15-16). Os judeus apresentados por Bandarra aparentemente são ricos, pois trazem presentes para o Pastor-Mor, além de serem comerciantes ultramarinos, tendo em vista que os presentes teriam origens no além-mar:

LXXXIII

Dar-lhe-emos grande tesouro
Muita prata, muito ouro,
Que trazemos de além-mar.
Far-nos-eis grande mercê
De nos dardes vista dele.

A figura dos judeus é vista por alguns autores, entre eles José Van Besselar e Antônio Silva Neves, com conotação negativa, tendo em vista o desejo de testar o monarca com suas riquezas, compartilhando as teses de D. João de Castro, que não tinha simpatia pelos judeus e cristãos-novos. Além disso, estes autores identificam o Fernando que recebe os judeus com o mesmo do início das Trovas, que despeja sua semente. Neste estudo, entendemos que são dois personagens distintos: o primeiro, o que dá início à dinastia; o segundo, um dos pastores do Pastor-Mor. Besselar chega a identificar este Fernando com o próprio encoberto.

Antônio da Silva Neves nos lembra que D. João III não era descendente direto de um Fernando, em busca de outra referência para o nome. Fala da existência de um D. Fernando Coutinho, regedor da justiça e futuro Bispo de Silvas e conselheiro de D. João II e D. Manuel, que defendeu os judeus em 1497. No entanto, afirma que o Fernando de que trata Bandarra seria o filho de D. Manuel, o infante D. Fernando, Duque de Trancoso, que se casou com a filha de D. Francisco Coutinho, conde de Marialva e de Loulé. A família Coutinho, por sua vez, tinha ligações próximas com Trancoso, possuindo palácios e solares na vila, além de participar efetivamente de sua vida política: Gonçalo Vasques Coutinho era alcaide-mor na época da Batalha de Trancoso em 1385 e Gonçalves Coutinho, filho de Gonçalo Vaz Coutinho, foi alcaide de Trancoso e Lamego (NEVES, 1990).

São os judeus que anunciam as profecias sobre o rei encoberto, afirmando que este tomaria todos os portos, que então lhe seriam tributários, e que após declarar embaixadas, e antes que cerrassem quarenta, ergueria grã-tormenta, que depois seria amansada. Quando se cerrassem quarenta o rei novo seria levantado, colocando-se contra a Grifa Parideira (NEVES, 1990). Neste momento, o sapateiro faz referência a Daniel, ao interpretar o sonho sobre quatro animais, representando os quatro reinos que antecedem o Quinto Império, com o primeiro deles, que representava a Babilônia, sendo caracterizado como um animal parecido com um leão com asas de águia, descrição conhecida na época e identificada como a Grifa, causando grande temor. Os judeus denominam também o rei das profecias, chamado, nesta edição, de D. João, além de afirmarem que o monarca traria novas conquistas no além-mar. Devemos levar em conta, como apontado acima, que na versão de D. João de Castro, aparece, no lugar de D. João, D. Foão (CASTRO, 1603). Ressaltamos, ainda, que as Trovas podem ter sido alteradas para justificar a

Restauração Portuguesa e que não é novidade o uso de documentos falsificados, no período, para tratar da ascensão da Dinastia de Bragança ao trono português. Um exemplo são as Cortes de Lamego, que, segundo Oliveira Marques, teriam sido forjadas no mosteiro de Alcobaça, provavelmente na segunda metade do século XVII, e publicadas em 1632 (MARQUES, 1996), além da carta que S. Bernardo teria escrito a D. Afonso Henrique que, segundo Maria Leonor Buesco, teria sido publicada no ano de 1649, em Lisboa, por Nicolau Monteiro, contendo o seguinte teor:

Dou graças a Vossa Senhoria pela mercê e esmola que nos fez do sítio e terras de Alcobaça para os frades fazerem mosteiro em que sirvam a Deus, o qual em recompensação desta, que no céu lhe pagará, me disse lhe certificasse eu da sua parte que a seu reino de Portugal nunca faltariam reis portugueses, salvo se pela graveza de culpas por algum tempo o castigar. Não será, porém, tão comprido o prazo deste castigo, que chegue a termo de sessenta anos. De Claraval, 13 de março de 1136. Bernardo (BUESCU, 1992, p. 29).

Na edição de Nantes, os judeus fazem novas alusões aos concorrentes portugueses no comércio de especiarias, aconselhando o monarca a não temer seu principal inimigo, o turco, nem o grande mourismo que ele representa. Alerta ainda sobre o fato de que os mouros não receberam o batismo, não possuindo, assim, os mandamentos e sacramentos católicos e, desta forma, são entendidos como bestas:

XC
Não tema o Turco, não
Nesta sezão,
Nem o seu grande Mourismo,
Que não recebeu bautismo,
Nem o crismo,
É gado de confusão.
Firmal põe declaração
Nesta tenção
Chama-lhes animais sedentos
Que não têm os mandamentos,
Nem sacramentos;
Bestiais são, sem razão.

Com esta passagem, o sapateiro defende os cristãos-novos que, embora forçados, receberam o batismo, e o mouro, em geral, não. Além disso, os turcos eram os grandes adversários dos lusitanos na segunda metade do

século XVI, aqueles a quem era necessário vencer caso houvesse o desejo efetivo de estabelecer o comércio regular com o oriente, e os editores de Nantes, interpretando Bandarra, parecem saber disto. O sapateiro volta a chamar os turcos de bestiais, afirmando que irão para o inferno. Devemos entender, aqui, bestiais como aqueles que estão fora do organismo da igreja, ou seja, os não católicos (BUESCU, 1992), apesar de Bandarra deixar de fora desta categoria os judeus. O que levaria os portugueses a vencer seus inimigos era o fato de ser o povo escolhido por Deus, o que pode ser indicado nas chagas do escudo de Portugal, a arma do reino, além do rei escolhido ter o sinal do criador.

XCII
As chagas do Rendentor,
E salvador
São as armas de nosso Rei:
Porque guarda bem a Lei,
E assim a grei
Do mui alto Criador,
Nenhum Rei, e Imperador,
Nem grão Senhor
Nunca teve tal sinal,
Como este por leal,
E das gentes guardador.

Estas armas, ou as chagas de Cristo, seriam dadas a um certo rei Barão, que haveria de suceder el-rei D. João e que limparia a carreira, ou seja, o comércio, da terra do cão. Há aqui também referências ao fato de Portugal ser o reino de Deus na Terra, revelado ao primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, em Ourique, admitindo-se a intervenção divina em favor do reino, que adquire caráter sagrado por ter sido diretamente ungido por Deus, sendo este um dos motivos pelos quais os reis portugueses não eram ungidos no momento da cerimônia de aclamação, pois isso já fora realizado por Deus na fundação de Portugal, na pessoa do primeiro rei (MAGALHÃES, 1999).

O Sonho Segundo das Trovas estabelece a data em que a glória do reino chegaria. Nesse momento, a palavra volta ao narrador, que se preocupa em especificar mais algumas características do rei. Em alguns momentos, diz temer que não acreditem nele, assim como ocorrera com Jeremias (Jeremias 1:4-11). Fala de um período de paz mundial, em uma alusão milenarista, após a vitória do Leão sobre o Porco. O rei indicado seria o segundo de quatro, sendo que, destes, um era perigoso, e que os sinais dos acontecimentos ocorreriam em trinta e dois anos e meio.

D. João de Castro, ao analisar estas estrofes, questiona o fato de que o monarca, tornando-se imperador, não poderia ser o segundo, mas o cabeça da liga formada pelos reis cristãos, já que nenhum outro reino poderia ser maior

que Portugal. Afirma, no entanto, que dos quatro reis, um deveria ser o Papa Angélico, apesar de temporalmente não ser chamado de rei pela cristandade. Fala ainda da possibilidade de ser o segundo em relação a David ou ao rei D. Afonso Henriques, que foi o primeiro que Deus fez rei de Portugal, sendo D. Sebastião o segundo que colocava no trono (CASTRO, 1603).

Apesar da referência à figura do Papa Angélico, esse não aparece nas Trovas, sendo resultado da interpretação de seus leitores. Também José Van Besselar identifica a alusão à sua figura na obra de Bandarra, afirmando que o *Sonho Segundo* é composto de quinze trovas, quase todas longas e sem subdivisões, retomando questões já apontadas anteriormente, centrando-se, no entanto, na questão dos turcos e na aliança com o Papa (BESSELAR, 1987).

Neste momento encontramos, na edição de Nantes, a afirmativa de que o tempo já havia chegado, pois já se passaram os quarenta, e o rei novo era acordado. Esta é uma passagem que provavelmente foi interpolada a posteriori pelos restauradores, sendo semelhante à LXXXVII, citada anteriormente:

XCIX
Já o tempo desejado
É chegado
Segundo o firmal assenta
Já se passam os quarenta
Que se ementa
Por Doutor já passado.
O Rei novo é acordado
Já dá brado:
Já arressoa o seu pregão
Já Levi lhe dá a mão
Contra Sichem desmandado.
E segundo tenho ouvido,
E bem sabido,
Agora se cumprirá:
A desonra de Dina
Se vingará
Como está prometido.

Entendemos que, de acordo com a edição de Nantes, Bandarra afirmava que o rei novo estava desperto para sua missão de liderar Portugal e garantir o retorno das tribos de Israel, questão indicada pelos profetas Isaías (Isaías 49:5-6) e Jeremias (Jeremias 23:7; 31:15-17), em uma referência a Levi, que atuara contra Sichem em uma vingança à desonra de Dina (Gênesis 29, 34; 34, 25-30; 35,23; 46,11; 49,5). A metáfora de 'acordar' levaria Antônio Vieira, em sua obra "Esperanças de Portugal", a afirmar que o rei D. João IV ressuscitaria.⁶

Segundo Vieira, Bandarra declarava que o rei indicado, além de escolhido por Deus, era eleito pelos portugueses, sendo legítimo pela lei dos

homens e pela divina: seria um barão dotado de perfeição, que teria um irmão, um bom capitão, reafirmando o fato de ser semente de el rei D. Fernando. Atravessaria os mares a cavalo e conseguiria o apoio dos nobres, lutaria contra as heresias, fantasias e monarquias, em uma referência à conversão universal e à noção de Quinto Império, presente nos profetas por ele citados - Daniel, Isaías e Jeremias.

No Sonho Terceiro, Bandarra analisa o momento da ventura, repetindo o que já fora dito, porém em linguagem mais direta, talvez voltada para um público menos culto. Destaca o retorno das tribos perdidas de Israel e o fato de o rei ser Barão e descendente de David, asseverando ser da casa de Abraão, que saiu da tribo de Levi, sacerdote de Arão, pois esta teria sido a promessa de Deus a Jeremias: multiplicar as casas de David e dos Levitas, considerados Seus ministros (Jeremias 33:22).

Bandarra fala de um sonho no qual “saíam dos rios escondidos e das prisões”. Não nomeia quem o fazia, mas podemos concluir que está tratando do retorno das tribos, já que, nas estrofes seguintes, denomina algumas delas: a de Dão, Rubem, Simeão, Nefatli, Zabulon e Gad. O tema do retorno das tribos de Israel foi constantemente tratado na Idade Média, provocando duas posturas distintas: uma que as entendia como horríveis, bárbaras e canibais, aliadas do anti-Cristo; e outra que as via como inocentes e dispostas a reconhecer Jesus Cristo como verdadeiro messias, sendo essa a posição de Bandarra, que as entende como aliadas dos cristãos-novos (BESSELAR, 1987). Neste momento das Trovas, um velho pergunta a Bandarra se ele é hebreu e a resposta vem na forma de uma negativa seguida de uma afirmativa: que não era dessa gente, referindo-se às acusações de que era cristão-novo. Diz, então, que era do povo que se juntou nas partes orientais, ou seja, português, reino que triunfou ao se estender no além-mar.

Ao acordar, passando a ideia de que até o momento estava sonhando, Bandarra corre a olhar as Escrituras, o que indica que possuía uma cópia deste livro, provavelmente em vulgar, e encontra tudo lá: em Esdras e Isaías, e em Got, Magot, Ezequiel, e Daniel. Ao fechá-la, diz que tudo há de se acabar, “cerra os setenta”, uma suposta referência aos escritos sagrados, pois o profeta Daniel afirmava, em seu livro, que o tempo de desolação de Jerusalém seria de setenta anos (Daniel, 9:2), e segundo Jeremias, Jerusalém ficara sob domínio da Babilônia pelo mesmo período (Jeremias, 25:11 e 29:10). Essa imagem pode ser entendida como uma alegoria à vitória do reino de Deus, Portugal, aliado dos judeus, sobre a Babilônia. Podemos supor que Bandarra a compara aos turcos, em uma alusão à Reconquista, às Cruzadas e à Expansão Ultramarina.

Em uma última parte, intitulada “Resposta de Bandarra a algumas perguntas”, ao contrário das anteriores, não parece seguir uma ordem de raciocínio. O autor reafirma que tudo o que diz está baseado em Daniel e Jeremias, e que em breve seria conhecido apenas um Deus, aludindo ao processo de evangelização que acompanhou a expansão ultramarina, ligada à

ideia de Império Universal, com a conversão de todos os povos. Bandarra destaca o perigo de se falar para alguns, o que se supõe uma alusão à Inquisição, e retoma o tema do retorno das tribos de Israel e das tragédias que ocorrerão no fim dos tempos, seguidas de período de paz, como proclamado por Isaías (Isaías 24 a 27). Considera que os judeus serão cristãos e servirão a Cristo, referindo-se à conversão forçada, e volta a falar do rei, que derrotaria a Grifa e seria ajudado por outros, chamando-o novamente de Barão e infante.

Conclusões preliminares

As Trovas de Bandarra são uma fonte que vem sendo analisada, geralmente, a luz do messianismo português, em especial no que se refere ao sebastianismo. Ou seja, sua leitura é feita tendo como foco não a obra do sapateiro por si, mas a forma como ela se integra numa tradição messiânica. Assim, é comum encontrarmos capítulos que tratam de Bandarra em obras voltadas para o estudo do sebastianismo e da restauração portuguesa. Nossa proposta, neste artigo, foi tratar a obra por ela mesma, chamando atenção para as leituras, releituras e possíveis alterações realizadas no decorrer dos anos, geralmente devido a motivações políticas. Neste sentido, é possível identificar algumas questões que preocupavam os lusitanos do século XVI, inclusive um sapateiro que vivia numa comunidade cristão nova no interior do reino: a expansão ultramarina, a guerra contra os mouros, a situação dos cristãos novos portugueses, as injustiças por qual passavam a população em geral e, especialmente, a vinda de um rei salvador, que devolveria ao reino seus dias de glória e faria de seu povo o povo escolhido de Deus.

Após ser preso e condenado pela inquisição, sua obra adquire caráter profético, circulando não só entre cristãos novos e artesões, mas também entre a nobreza e padres jesuítas, ampliando sua importância e adquirindo contornos que provavelmente nem mesmo Bandarra pudesse imaginar. O certo é que uma obra escrita por um personagem sem expressão social e política, acusado de ser cristão novo e possuidor de defeito mecânico, ganha importância imperial, tendo em vista que será lida não só em Portugal, mas também nas suas possessões ultramarinas, inclusive no Brasil, favorecendo novas interpretações e perspectivas. Assim, entender a obra de Bandarra em seu tempo torna-se fundamental para que possamos compreender o impacto e a dimensão que a mesma adquiriria nos séculos seguintes. Este foi o intuito deste artigo: contribuir para o entendimento da obra de Bandarra, em seu tempo, assim com as perspectivas de seu autor, sem deixar de apontar algumas das interpretações e intervenções que possivelmente marcaram as edições da obra (MAGALHÃES, 2004).

Notas

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor titular do Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL). E-mail: leandro.magalhaes@unifil.br

¹ Todas as citações referentes a “Edição de Nantes” das Trovas de Bandarra será a partir da publicação de 1989.

² XXI – Já os lobos são ajuntados / D'alcateia na montanha, / Os gados tem degolados, / E muitas alobejados / Fazendo grande façanha.

³ No Auto da História de Deus, Gil Vicente identifica Abel, morto por Caim, como o bom pastor, morto pela inveja de seu irmão, Caim (VICENTE, 1965, p. 366).

⁴ D. João de Castro trata aqui de uma santíssima liga entre monarcas cristãos, que haveria de garantir a conquista universal, tornando-se próximos de D. Sebastião, colocando os ódios à parte, com zelo do serviço de Deus, ficando contentes por ter D. Sebastião como imperador (CASTRO, 1603, p. 118-119).

⁵ “De perdões e orações/ Irá fortemente armado/ Dará nele Santiago/ Na volta que faz depois/ Entrará com dois pendões/ Entre porcos sedeúdos/ Com fortes braços e escudos/ De seus nobres infações”. Vieira estaria retomando aqui a traição imperial bizantina de príncipe cristão. “Coroadado por Imperador, diz Bandarra que voltará el-rei vitorioso com dois pendões, que devem ser o de Rei de Portugal e de Imperador de Constantinopla” (VIEIRA, 1952, p. 27-28).

⁶ “O Bandarra é verdadeiro profeta; O Bandarra profetizou que el-rei D. João o quarto há de obrar muitas coisas que ainda não obrou, nem pode obrar senão ressuscitado; Logo, D. João o quarto há de ressuscitar” (VIEIRA, 1952, p. 20).

Referências

AMEAL, João. **História de Portugal**. Porto: Tavares Martins, 1949.

AZEVEDO, João Lúcio de. **A evolução do sebastianismo**. Lisboa: Presença, 1958.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. (Org). In: VIEIRA, Padre Antonio. **História do futuro**. Lisboa: Casa da Moeda, 1992, p. 14-33.

BESSELMAR, José Van. **O sebastianismo**: história sumária. Lisboa: Biblioteca Breve/ Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ Ministério da Educação e Cultura, 1987.

CASTRO, D. Iom. **Paraphrase et concordancia de alguas propheçias de Bandarra, Çapateiro de Trancoso**, 1603.

DAMIÃO, Peres. **História de Portugal**. Palestras na Emissora Nacional: O Século dos Descobrimentos. Porto: Portucalense, 1966.

HERMANN, Jacqueline. As Trovas de Gonçalo Annes Bandarra (Portugal, século XVI): Notas para a Abordagem de uma Fonte. In: BLAJ, Ilana; MONTEIRO, John.

História & utopias. São Paulo: ANPUH/CNPq, 1996, p. 232-243.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Trovas de Bandarria:** leituras, releituras e interpretações. Porto: Ecopy, 2010.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **A legitimidade da restauração portuguesa a partir do discurso do Padre Antonio Vieira (164-1661).** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Olhares sobre a colônia:** Vieira e os Índios. Londrina-PR: EDUEL, 1999.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Poder e sociedade no Reino de Portugal no século XVI:** as Trovas de Bandarria. 2004. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2004.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve história de Portugal.** Lisboa: Presença, 1996.

NEVES, Antônio da Silva. **Bandarra:** o profeta de Trancoso. Lisboa: Europa América, 1990.

PIRES, António Machado. **D. Sebastião e o encoberto.** Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1980.

PROCESSO DE GONÇALO ANNES BANDARRA. No. 7197 – Pasta 08. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Decifração Paleográfica de Arnaldo da Soledade. Câmara Municipal de Trancoso, 1996. Disponibilizado no Real Gabinete Português de Leitura.

SARAIVA, Antonio José. **História e utopia:** estudos sobre Vieira. Lisboa: Ministério da Educação, 1992.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal:** O Século de Ouro (1495-1580). Lisboa: Verbo, 1978.

VICENTE, Gil. Auto da História de Deus. In: **Autos de Gil Vicente.** Porto: Lello & Irmão, 1965, p. 353-388.

VIEIRA, Padre Antonio. Carta ao Padre André Fernandes (Esperanças de Portugal). In: SÉRGIO, Antonio; CIDADE, Hernâni (Orgs). **Obras escolhidas:** Vieira Perante a Inquisição. Lisboa: Sá da Costa, 1952.

Recebido em: fevereiro de 2014.

Aprovado em: julho de 2014.